



Economia Solidária: será uma resposta resiliente às crises económicas e financeiras da contemporaneidade?

Autor: Paulo Vica

paulo.vica23@hotmail.com

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-2305

Resumo

As crises económicas e financeiras estão cada vez mais presentes nas agendas de vários governos, independentemente de fazerem parte das grandes ou pequenas economias, ou seja, das chamadas economias industrializadas/desenvolvidas, ou não industrializadas/ em desenvolvimento. Estas crises tornaram-se numa asfixia para humanidade, se tivermos em conta as soluções adoptadas por esses governos¹, tornando-as bastante complexas e de elevado custo social. Exemplo disso são as políticas de austeridade, fixação de tecto máximo de gastos públicos adoptadas por alguns governos, em período de recessão económica. Quanto mais alguns governos tornam-se reféns de *commodities*, como a principal fonte de financiamento da economia, demonstrando claramente o quão concentrada é a sua economia, maior é a exposição da vulnerabilidade económica diante de um choque externo sobre o preço deste produto. O artigo chama a nossa atenção para a compreensão das propostas apresentadas pela Economia Solidária ou da “Outra Economia”, como também é designada, diante das adversidades económicas e financeiras que o mundo tem vindo a testemunhar ao longo de mais de meio século. O artigo visou analisar também o impacto destas respostas, olhando em torno da crise *subprime*², assim como pela derrocada do preço do petróleo desde finais de 2014.

Palavras-chave: Economia Solidária; crise económica e financeira; resiliência.

Abstract

Economic and financial crises are increasingly present in the agendas of several governments, regardless of whether they are part of the so-called industrialized, emerging or developing economies. These crises become an asphyxia for humanity, if we take into account the solutions adopted by these governments, making them quite complex and of a high social cost. As an example, there are some austerity policies that have been applied in some countries. However, other governments go even further, putting all hope on oil, the black god, which makes the economy very vulnerable to the volatility of this mineral resource. The article aims to draw our attention to the understanding of the impact of the responses of the Solidarity Economy or the "Other Economy", as it is also called, in the face of the economic and financial adversities that the world has witnessed for over half a century. This paper also aims to analyse to what extent the proposals (responses) put forward by this science can be considered resilient in face of the instability of the macroeconomic scenarios of contemporaneity, looking around the sub-prime crisis³ as well as by the oil price collapse since late 2014.

1 Sempre baseadas numa lógica de funcionamento da economia de mercado.

2 Estados Unidos (2006–2009).

3 United States (2006-2009)

Keywords: Economy of Solidarity; economic and financial crisis; resilience.

1 Introdução

Em 2006, registam-se os primeiros sintomas da crise financeira mundial, resultante das insuficiências de liquidez do sector financeiro, fomentado pelo sector imobiliário nos Estados Unidos. O surgimento desta crise, na óptica de alguns comentadores e especialistas, está no firmamento egocêntrico dos empresários, movidos pelos interesses individualistas. Alguns especialistas consideram-na mesmo uma crise intencional, na medida em que concediam empréstimos financeiros a indivíduos com pouca instrução financeira e com baixa capacidade de liquidez. Infelizmente, cenários como estes funcionam no modo «bola de neve» e de forma contagiosa, face à globalização dos mercados da nossa contemporaneidade. As instabilidades económicas e financeiras têm sido frequentes e com grandes repercussões nas vidas das famílias, na medida em que concorrem para o agravamento do desemprego, da exclusão social e, concomitantemente, da pobreza extrema. Para tal, muitos governos adoptaram uma postura diferente na gestão de seus orçamentos, mudando radicalmente os «hábitos» das suas populações, diante da ausência de liquidez financeira, resultante de uma fraca política de investimentos em sectores decisivos e (auto)sustentáveis, e os poucos que existem são de baixa produtividade, fazendo com que o país se torne bastante dependente de políticas externas (é o caso de Portugal, em relação à União Europeia), bem como na insuficiência de políticas voltadas para a diversificação económica (o caso de Angola).

2 Contextualização temporal da crise sub-prime e o sector petrolífero

Ao longo dos tempos, o homem teve de adaptar-se e praticar novas técnicas de sobrevivência. Conseguir manter o seu sustento foi, e sempre será, uma preocupação primária, na medida em que o crescimento populacional tende a ser cada vez maior em relação ao lento crescimento económico e que, como consequência, se verifica a deterioração das condições sociais e das relações sociais assim como a dos valores éticos. Nos últimos 60 anos, a economia viveu um período de franco crescimento e de estabilidade financeira⁴, com grande reforço de vários sectores fundamentais, sobretudo na área da tecnologia e informática. Porém, este crescimento sempre foi acompanhado pelas derrocadas económicas e financeiras. A humanidade tem vivenciando, nas últimas três décadas, um colapso dos sistemas bancários e financeiros, reduzindo cada vez mais o acesso à alimentação, saúde, educação e ao emprego, o que aumenta cada vez mais o fosso entre as classes sociais. Em 2006, dão-se os primeiros sinais da crise financeira, que ficou então conhecida como a “crise sub-prime” nos Estados Unidos, resultante da insolvência das instituições de crédito diante do mercado imobiliário (principalmente). Entenda-se crise financeira quando o activo de um certo indivíduo, governo ou instituição perde o seu valor num prazo muito curto e de forma contínua; já uma crise económica é o resultado das várias irregularidades dos processos (produtivos) económicos em relação ao PIB real e, sendo uma constante, afectando o sistema financeiro do país. Para Marx⁵, uma crise é a fase de estorvo e de interrupção do processo acumulativo de capital.

3 O que se denominou por crise do sub-prime (2006–2009) e como surgiu?

Parece ter-se uma resposta bastante óbvia e clara quanto à sua lógica de origem, mas não é bem assim, na medida em que concorrem vários factores para tal situação, desde políticos, económicos, tecnológicos a ambientais, assim como os elementos culturais que tendem a influenciar cada vez mais os processos económicos e financeiros de uma região. A crise sub-prime é uma crise financeira resultante do aliciamento especulativo das instituições de crédito na concessão de financiamento para o mercado imobiliário, em que a capacidade de liquidez do tomador deste financiamento é de elevado risco. Soros

4 Realçar que neste período também ocorrem algumas irregularidades económicas e financeiras, porém não de grandes amplitudes e muito menos em tão pouco tempo (sequencial), como se tem vindo a assistir.

5 Marx in Fabiano e Renault (2008, p. 196).

(2012), afirma que: “A crise Financeira Mundial (2006–2009) foi precipitada por uma bolha no mercado de imobiliário nos EUA. [...] semelhante às demais crises desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com intervalos que variam entre os quatro anos e os dez anos. Contudo, existe uma diferença profunda: a actual crise marca o fim de uma era de expansão de crédito baseada no dólar como moeda de reserva internacional.” Cable (2009) reforça a tese da origem deste mal económico, baseada nas acções intencionais por alguns sistemas bancários no financiamento de créditos a indivíduos desprovidos de garantias reais, como emprego ou bens, sendo designado também por empréstimos “ninja”⁶. É igualmente sabido que a crise económica e financeira tem um lado baseado nas expectativas, por ser uma economia onde a desconfiança predomina. A questão é notória quando alguns observadores mais conservadores, segundo Cable (2009), faziam a seguinte pergunta: “Por que motivo os banqueiros se interessaram de repente pelas pessoas pobres, que outrora não lhes tocariam nem com um dedo [...]?”⁷ A resposta era mais do que clara: estas pessoas nunca se preocuparam com os pobres, mas com as formas de enriquecimento por intermédio deles. Os pobres só têm um atractivo, é possível sobrecarregá-los com taxas de juros relativamente elevadas. Foi então que, em 2007, deu-se uma sucessão de acontecimentos que, para o observador perspicaz da época, e mais claramente em retrospectiva, podiam ser encarada como o primeiros aviso da tempestade iminente: vários bancos e instituições de crédito viriam a declarar falência ou insolvência por falta de pagamento dos créditos concedidos, como narra o mesmo autor.⁸ As crises económicas e financeiras têm servido de opções de “escadaria” para atingir certos fins (enriquecimento, desestabilização política, desacreditação, perpetuação no poder, manipulação, viabilização de políticas públicas agressivas, assim como derrube de certos governos democraticamente eleitos) por organizações civis, políticas, governamentais, económicas ou mesmo organizações militares, fins estes que por via legal se tornariam inviáveis. O petróleo é ainda a principal fonte de energia no consumo industrial. E algumas economias tem-na como a sua principal âncora económica, já que outras fontes energéticas, limpas e menos danosas ao ambiente, são politicamente ainda inviáveis. A total dependência desta *commodity*, poderá conduzir à ruína dos destinos socioeconómicos e financeiros de um Estado, em resultado da volatilidade do seu preço de venda, inviabilizando o Orçamento Geral do Estado (OGE), bastando que se verifique uma descida no seu preço, reduzindo substancialmente as suas receitas, principalmente para aquelas economias cujo volume das exportações deste bem representam mais de 75% do seu PIB e a economia é menos diversificada (o caso de Angola). Deste modo comprometem os investimentos públicos, com reflexo imediato ao sector social, como o mais lesado. Hoje, as crises económicas e financeiras têm sido a prioridade da agenda de vários governos. Os sistemas económicos estão cada vez mais asfixiados e mais vulneráveis às irregularidades do mercado, financeiro, e as crises desaceleram o crescimento económico de um país. As nações têm cada vez menos recursos financeiros para suportar as políticas governamentais que têm como prioridade o bem-estar das populações, ou pelo menos é esse o intento.

4 Resiliência: sua derivação epistemológica e noção

Desde muito cedo a humanidade procura uma teoria “milagrosa”, capaz de responder às várias adversidades ou vulnerabilidades económicas e financeiras que nos flagelam. Uma teoria “milagrosa” capaz de repor a ordem e a democracia, de restabelecer a dignidade humana, de fomentar a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade. É cada vez mais notória a desconfiança, por parte da população, sobre a robustez das políticas públicas que visam garantir a tranquilidade socioeconómica, capazes de resistir aos vários descarrilamentos da economia de mercado. Alguns governos recorrem a algumas políticas públicas implementadas no passado por outros governos, mesmo sabendo de antemão dos seus resultados (pouco eficazes). Chistopherson et al. (2010) salienta que: “o conceito de Resiliência tem sido utilizado enquanto expressão da capacidade de um sistema suportar um choque externo e retomar uma trajectória de equilíbrio. A sua influência actual é grande, resultado da percepção de que os processos

6 No Income, No Job, and No Assets: indivíduo sem garantias reais (tradução minha).

7 Alteração minha.

8 Cable, 2009, p. 45.

associados à globalização tornaram os territórios mais permeáveis a efeitos que se pensavam anteriormente externos.”⁹Bristow (2010) chama a atenção para a sedução pela terminologia, sem antes mesmo se efectuar uma pesquisa sobre a sua capacidade de resposta. Bristow espelha que “muita da atractividade desta noção deriva de ser facilmente maleável e se adaptar às zonas de contacto entre ciência, decisão política e discursos práticos. É, no entanto, recomendável cautela para garantir que as ambições das políticas não excedem a capacidade da investigação em justificar determinadas opções baseadas no desígnio da resiliência”¹⁰. Alguns autores criticam ainda o uso indevido e abusivo do termo resiliência, para a justificar rigidez de certas propostas ou acções. “A noção de resiliência surge como um novo vocábulo na linguagem quotidiana, associando-se a outros que visam sublinhar características positivas para o sucesso, como a inovação, o empreendedorismo ou a sustentabilidade. Utilizado de um modo geral, tal como os exemplos anteriores, é um conceito ambíguo, que pouco pode oferecer ao entendimento de qualquer fenómeno, para além da evidência simplista que ser mais resiliente é melhor que ser menos resiliente”¹¹. Para os pesquisadores Tiago e Pereira, a aplicação de resiliência aos sistemas socioeconómicos pode ser um campo fértil, porém ainda carece de investigação. O termo resiliência não é novo, está bastante difundido nas ciências sociais, sobretudo nas áreas sociológicas e políticas. Somente nos últimos 15 anos o termo tem vindo a ser utilizado nas áreas das ciências económicas, face ao conceito de “desenvolvimento local”, para dar “robustez” e solidez, a ideia de estabilidade, harmonia local ou ainda equilíbrio contínuo, que é bastante discutido.

5 A Economia Solidária e as suas práticas de acção

O conceito de Economia Solidária surge como resposta às irregularidades de ordem social, económica (economia pluralista), política e ambiental. Actualmente, tem apresentado propostas de melhoria sobre os efeitos negativos originados pelas irregularidades da economia de mercado, assim como também na preservação dos valores éticos e culturais, concretamente na revitalização de algumas práticas não mercantis e não monetárias, combatendo desta forma a degradação das relações sociais, o desemprego, a exclusão social e a pobreza extrema. Quanto à data da sua origem, é bastante controversa. Os seus promitentes investigadores (Jean-Louis Laville, em França, Paul Singer, no Brasil, e mais recentemente, nos Açores “Macaronésia”, com o professor Rogério Amaro) consideram que surge nos finais do século XX.

A Economia Solidária é um conceito bastante polissémico, expresso em vários lugares em função dos seus problemas locais. Para Cattani et al. (2009), o termo visa contrapor o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 90 do século passado, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras actividades económicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática¹². Laville (1994) caracteriza a Economia Solidária como um conjunto de actividades económicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado¹³. Ainda segundo Laville (2009), um dos elementos marcantes da Economia Solidária é o surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de relações e de actividades transnacionais criadas por pessoas colectivas que são independentes dos governos e das empresas privadas e que funcionam fora do alcance dos Estados e dos mercados.

De acordo com o professor Singer (2005), “a Economia Solidária é um acto pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas os seus valores fundamentais precedem sua prática”¹⁴. Numa entrevista de 2005 realizada pela revista Pessoa e Lugares, o professor

9 Christopherson et al., 2010 in Tiago e Pereira, 2014, pp. 3–4.

10 Bristow, 2010, apud Tiago e Pereira, 2014, p. 4.

11 Simmie e Martin, 2010, in Tiago e Pereira, 2014, p. 4.

12 Cattani et al., 2009, p. 162.

13 Laville, 1994, in Lechat, 2002, p. 125.

14 Singer, 2005, in Gadotti, 2009, p. 5.

Roque Amaro fez saber que “A Economia Solidária é uma renovação das práticas da economia social, é um conceito mais adequado a essas práticas e aos novos desafios recorrentes da emergência da solidariedade com os mais desfavorecidos”¹⁵

6 Economia Solidária: um novo desafio económico e financeiro

A Economia Solidária, como referenciado nos parágrafos anteriores, tem servido de alternativa às distorções da economia ortodoxa. A mesma tem estado a criar o seu campo de acção numa lógica diferente de funcionamento da economia de mercado: não mercantil e não monetária. As moedas monetárias são os activos mais líquidos que se conhece. Estes activos podem aumentar (apreciação) o seu valor como também o podem diminuir (depreciação), em resultado de uma valorização ou desvalorização cambial, com efeitos que podem ser positivos ou negativos para a economia. A inflação, como tal, também concorre para a instabilidade económica e para a desacreditação das moedas monetárias. E, como resposta, a Economia Solidária busca uma alternativa no uso de “moedas sociais” em substituição das moedas monetárias. Porém, é necessário que sejam criadas instituições que suportem a sua operacionalidade e que actuem de acordo com o fundamentalismo da Economia Solidária e de forma ampla e alargada. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) surgem como as instituições que visam suportar tal operacionalidade das moedas sociais, tendo já contribuído para o desenvolvimento local de algumas comunidades da América Latina (Argentina, Paraguai e Brasil). Os autores Filho e Júnior (2004–2006) definem os BCD como “práticas de finanças solidárias de apoio às comunidades populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCD apoiam-se numa série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Portanto, articulam-se quatro eixos centrais de acções no seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária”¹⁶. Soares (2006) afirma que “a moeda solidária é tida como sendo uma moeda paralela instituída e administrada pelos seus próprios usuários, logo, a sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária”¹⁷. Além dos BCD, existem também outras modalidades usadas nas trocas comerciais, como o Banco de Horas, instituição que opera através de serviços que cada indivíduo presta ao seu similar, depositando assim as horas prestadas como uma operação bancária ortodoxa, podendo aquele ter um saldo credor, devedor ou nulo. A Economia Solidária tem incentivado bastante o empreendedorismo, rebuscando as práticas de produção local desrespeitadas pela economia de mercado. O termo empreendedorismo foi avançado na Economia Solidária pelos autores Filho & Laville (2004), mas numa lógica própria desta ciência, baseada nas entreajudas comunitárias: “a Economia Solidária funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua”¹⁸. A “Outra Economia” visa combater o descarrilamento da economia movida pelos interesses egocêntricos do homem, que originam desemprego, exclusão social, pobreza, sobreposição das relações sociais em detrimento das relações económicas, degradação do ambiente, assim como a ineficiência da democracia representativa. Esta ciência visa valorizar o ser vivo em todas as suas dimensões e formas de grupos, onde todos têm o mesmo valor. “Um projecto integral de Economia Solidária articula-se com a promoção de actividades económicas solidárias, tais como finanças solidárias, empreendedorismo social, empresa social, responsabilidade social e ética empresarial. Apoiar as instituições da Economia Solidária significa valorizar um importante instrumento de inclusão e acção social, um potencial de empregabilidade, de coesão, de cidadania, de desenvolvimento local e comunitário, com possibilidades de crescimento, especialmente nos serviços de

15 Pessoas e Lugares, Revista Económica e Social (2005).

16 Filho e Júnior, 2004–2006, in Cattani et al., 2009.

17 Soares, 2006, in Cattani, et al., 2009, p. 255.

18 Filho e Laville (2004).

proximidade à comunidade.”¹⁹ Estas são algumas respostas aplicadas à lógica da Economia Solidária que poderão responder às adversidades resultante da crise económica e financeira da nossa contemporaneidade.

7 Considerações finais

É uma constatação que as irregularidades económicas ou “turbulências económicas e financeiras”, como lhes queiramos chamar, farão sempre parte da humanidade, basta que recuemos um pouco no tempo para o verificar. Com efeito, vejamos os seguintes casos: crise económica mundial da década 30; acordos monetários e financeiros mundiais (1944); desvalorização do ouro (medida de conversão monetária, anos 70); instabilidade no preço do crude década de 70; instabilidade política e militar no Irão (provocando instabilidade no preço do ouro negro, 1979); invasão do Iraque ao Irão (década de 80, repercutindo-se mais uma vez no preço do barril do ouro negro); instabilidade na bolsa de valores de Nova Iorque (1987); crise no mercado asiático (desvalorização da moeda dos principais mercados desta região, 1997); colapso da banca russa (1998); crise cibernética (na área da Internet e das telecomunicações, 2000); crise do 11 de Setembro (originada pelos atentados às Torres Gémeas, o que abalou o mercado bancário e financeiro dos Estados Unidos, 2001); crise sub-prime (quebra no sistema financeiro devido aos excessos de financiamentos sem garantias reais, 2008); e, por último, crise do petróleo, resultante da baixa do seu preço, que se vive desde os finais de 2014 até à presente data (2016). Estas são das muitas crises com repercussões a nível mundial a que a humanidade tem vindo a assistir e com as quais tem convivido de forma ímpia e sequencial, mostrando a fragilidade da economia ortodoxa movida pelos interesses egocêntricos do ser humano. Enquanto seres vivos, estamos condenados a uma fraqueza, o individualismo, em substituição do colectivismo. As crises económicas e financeiras são resultado desta fraqueza humana, movida pelas grandes teorias de que o bem-estar resulta da acumulação de dividendos em busca de uma satisfação plena das nossas necessidades, como viver do suficiente e não do necessário (Buen Viver). Este ensejo criado pela própria economia ortodoxa tornará sempre inviável o princípio da redistribuição. A Economia Solidária tem estado a actuar dentro do seu campo de acção, com respostas criativas e inspiradoras diante das derrocadas (crises económicas e financeiras) da economia ortodoxa e acções sensibilizadoras sobre a valorização do ser vivo e das relações sociais em todas as suas dimensões. Porém, é bastante prematuro considerá-la como uma ciência alternativa à economia ortodoxa, assim como uma resposta resiliente às irregularidades do mercado, na medida em que concorrem vários factores, nomeadamente: a sua limitação (actua apenas em microproblemas); é uma ciência actual (logo, é desconhecida por muitos); o seu círculo é reservado a indivíduos com as mesmas necessidades ou carências; a sua gestão está ainda muito limitada aos modelos ortodoxos; o funcionamento das suas instituições está muito enraizado no campo teórico e alguns governos tem-na como ciência intimidadora ou oponente quando olhamos para o seu campo de acção política. Mas podemos dizer que a mesma se afirma como um modelo económico do futuro próximo, que é servir a sociedade na sua plenitude.

19 Ramos, 2013, pp. 334–335.

Referências

- Cable, Vince (2009). *A Crise Económica Mundial e o Seu Significado*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, Lda.
- Cattani, Antonio David et al. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*, São Paulo, Editora Almedina, S.A.
- Fabiano, Isabela Márcia de Alcântara; Renault, Luiz Otávio Linhares (2008). *Crise Financeira Mundial: Tempo de Socializar Prejuízos e Ganhos*, artigo publicado pela *Revista Tributária Regional Trabalhista*, 3.^a Região de Belo Horizonte. Disponível no site: www.trt3.jus.br/.../revista/rev_78/isabela_fabiano_luiz_otavio_renault.pdf (consultado a 14.05.15).
- Filho, Genauto Carvalho de França; Laville, Jean-Louis (2004). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Rio Grande do Sul, UFRGS.
- Gadotti, Moacir (2009). *Economia solidária como Práxispedagógicas*, São Paulo, Editora Ed,L (Instituto Paulo Freire).
- Gallo, Ana Rita et al. *Incubadora de Cooperativas Populares: uma alternativa à precarização do trabalho*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11775986/a-de-Cooperativas-Populares-Uma-Alternativa-a-Precarizacao-Do-Trabalho#scribd> (consultado a 24.04.2015).
- Gil, António Carlos (2008). *Métodos e Técnica de Pesquisa Social*, São Paulo, Editora Atlas, 6.^a ed.
- Heerdt, Mauri Luiz; Leonel, Vilson (2007). *Metodologia Científica e da Pesquisa*, Santa Catarina, Editora Unisul Virtual, 5.^a ed. revista e actualizada.
- Laville, Jean-Louis (2009). “Os desafios da Economia Solidária”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*.
- Lechat, Noëlle Marie Paule (2002). “Economia social, Economia Solidária, terceiro setor: do que se trata?”, in *Revista Cevitas (Revista de Ciências Sociais)*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/91/7046> (consultado a 15.11.2014).
- Pinto, Hugo; Pereira, Tiago Santos (2014) “Resiliência dos Sistemas de Inovação face à Turbulência Económica”, in *Centro de Estudos Sociais, Coimbra*.
- Ramos, Maria da Conceição Pereira (2013) “Solidariedade, Inovação Social e Empreendedorismo no Desenvolvimento Local”, do artigo científico “The Overarching Issues of the European Space”, *Faculdade Letras Universidade do Porto*.
- REVISTA, Pessoas e Lugares (2005) “Toda a economia deveria ser solidária”. Disponível em: www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf (consultado no dia 15.11.2014).
- Revista Lusa (2014) *Discurso de chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, sobre a dependência da Economia angolana ao sector petrolífero*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?>
- Soros, George (2012). *Desordem Financeira, na Europa e nos EUA*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Presença.
- Teixeira, Miriam Fernandes (2008). *Risco e Resiliência em Adolescentes Oriundos de Contextos Económicos Extremos*, dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade de Lisboa.

